

ECONOMISTAS: CADÊ O DEBATE DE LONGO PRAZO?

Gilmar Mendes Lourenço

O dia 13 de agosto marca o aniversário de regulamentação (lei 1.411 de 1951) das atividades do profissional de Economia, elemento integrante da categoria que ostenta a melhor e mais adequada preparação para o exercício de ações voltadas ao planejamento de longo prazo das posições e intervenções de unidades familiares, empresariais e governamentais.

Dotado de “olhos de águia”, o Economista empenha-se primordialmente na busca do estabelecimento de referências futuras para as escolhas e decisões estratégicas, realizadas pelos diferentes atores participantes do espetáculo das relações humanas, ou, em outros termos, no cálculo e avaliação das chances de êxito de empreendimentos específicos ou da própria gestão macroeconômica da nação.

Por essa ordem de compreensão da função social deste profissional, é no mínimo curioso constatar, em meio a mais intensa e prolongada recessão da história brasileira e ao aprofundamento da mais grave crise política da república, a exacerbação das atenções dos economistas com o comportamento das variáveis de estabilização, em detrimento do exame dos parâmetros definidores do crescimento econômico de longo prazo.

Recorde-se que a instabilidade política abarca desde a proliferação de escândalos de corrupção que dilaceraram o patrimônio público, investigados pela operação Lava Jato (LJ), até os episódios de absolvição da chapa Dilma/Temer, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da acusação de utilização de recursos de caixa dois, na campanha de 2014, e rejeição, pelo Congresso Nacional (e não envio ao Supremo Tribunal Federal), da denúncia de crime de corrupção passiva, movida contra o presidente Temer, pela Procuradoria Geral da República.

A salvação temporária do chefe de estado, escorada em 263 votos conseguidos na câmara dos deputados, no começo de agosto de 2017, reflete a sintonia entre desalento da população, fora das ruas e sem painelas; dissimulação dos mercados, esperançosos na reativação da economia; e desejo do legislativo de escape da LJ e continuidade de participação nas farras de cargos e verbas oficiais.

É inegável que a observação e compreensão dos movimentos conjunturais, particularmente da inflação e juros, especialmente com registros cadentes, revelam-se cruciais para o delineamento de cenários de recomposição do poder de compra dos consumidores e restauração do fôlego das companhias, imprescindíveis ao retorno do giro da roda das transações e, mais adiante, à multiplicação e diversificação da potencial de geração de renda e emprego do sistema.

No entanto, salta aos olhos a natureza excessiva das preocupações da classe com os resultados exibidos pelos quadros financeiros das organizações públicas e privadas, explicativos das tendências de curto prazo, em paralelo à ausência de esforços na confecção de retratos que articulem os aspectos essenciais à pavimentação dos caminhos de recuperação econômica sustentada.

Na verdade, constata-se a rendição dos meios especializados a posturas superficiais, centradas, na melhor das hipóteses, no encaminhamento de discussões de questões acessórias, conveniente ao atendimento dos pleitos e interesses dos segmentos dominantes das alianças hegemônicas de poder e, por extensão, a manutenção de um *status quo* destituído de forma e conteúdo propícios ao desencadeamento de círculos virtuosos direcionados à ampliação de oportunidades e conquista de progressos sociais.

Nesse contexto, as entidades de classe, que outrora funcionavam como verdadeiras caixas de ressonância das manifestações coletivas, no estágio atual, atingidas por distúrbios de identidade ou, em certos casos, depressão ideológica, vem emitindo sinais concretos de abdicação da missão de organização de debates propositivos acerca da pauta política e econômica do País.

Em vez de capitanearem a feitura de abrangentes diálogos técnicos, acompanhados da produção de propostas relacionadas às reformas institucionais e à retomada das privatizações, imprescindíveis ao resgate da eficiência do Estado e da microeconomia nacional e a produção de excedentes fiscais para a maximização de inversões em infraestrutura física e científica e tecnológica, aqueles organismos preferem inserções mais cômodas.

Dentre elas sobressai a escalação de quadros de interação com veículos de comunicação, visando a nobre composição de opinião a respeito das variações de preços do pão, gasolina, carne e da tarifa de água, e do potencial construtivo de arenas privadas, além de participações consultivas no campo das finanças pessoais, com ênfase para as costumeiras recomendações de fuga do crediário e realização de pesquisas e pechinchas.

Para tanto, as instâncias de representação contam com a valiosa colaboração das instituições de ensino superior, sobretudo das escolas de negócios, frequentemente atentas aos espirros e humores dos mercados, que, aliás, na maioria das vezes, exprimem diminuta aderência aos requisitos de formação de entes providos de consciência cidadã.

Não poucas entidades encarregadas da montagem de times de terceiro grau, algumas consideradas de primeira linha, priorizam fachadas e desprezam o cerne da constituição acadêmica.

Não poucas entidades encarregadas da montagem de times de terceiro grau, algumas consideradas de primeira linha, priorizam fachadas e desprezam o cerne da constituição acadêmica, evento evidenciado por mutilações das matrizes curriculares, em consonância com o caráter imediatista e volátil das demandas explicitadas pela clientela, incluindo a maquiagem de disciplinas para atendimento de anseios comerciais, e o uso da “camisa de força” representada pelas expectativas com o desempenho discente no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Apenas a título de exemplo das incursões meramente cosméticas dos responsáveis pelo ensino superior no Brasil, em tempos de premência de formulação de um novo pacto federativo, direcionada à minimização das desigualdades na apropriação espacial do produto social, é fácil perceber pronunciada inclinação de eliminação de abordagens regionais.

Para tristeza dos neoclássicos, os redutos dedicados à pesquisa e aplicação dos componentes geográficos da ciência econômica tendem ao desaparecimento por aqui.

Ademais, seria ocioso lembrar que, para um País com dimensões continentais, a obtenção de sucesso na perseguição de melhor distribuição de renda repousa na conjugação entre controle da inflação e expansão dos patamares de atividade. A urgente modificação desse jogo sonolento depende do despertar de entidades de representação profissional e da academia.

Até porque, as cabeças de planilhas precisam ser estimuladas a enveredarem, com arrojo, na edificação de conhecimentos plurais e críticos, amparada no salutar confronto de ideias e cotejo de opiniões, em clima de multidisciplinaridade, capaz de abarcar áreas relevantes que tangenciam a Economia.